

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

ESP

Class.:

554

Data

25/04/82

Pg.:

Padre critica seleção para tutela de índios

ESP
25.4.82

Da sucursal e
do correspondente

O presidente do Instituto Anthropos do Brasil, padre José Vicente César, condenou, em Brasília, a adoção de critérios sanguíneos que chegaram a ser discutidos na Funai, para estabelecer quem é realmente índio com direito à tutela governamental. Para o padre, que foi um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário — Cimi a melhor definição está no Estatuto do Índio, que reconhece como indígenas aquelas comunidades ou indivíduos com características culturais distintas da sociedade nacional.

“Qualquer outro tipo de critério — afirmou — tem como objetivo único antecipar a emancipação de índios que de certa forma incomodam o governo, como Mário Juruna, Alvaro Tucano e outros que criticam a política da Funai. Durante o governo Geisel, o ministro Rangel Reis tentou modificar o Estatuto do Índio, com o objetivo de promover sua emancipação a toque de caixa, sob o argumento de que a lei é falha quando trata do assunto, o que não é verdade.

Enquanto não se integrarem de forma harmoniosa na sociedade nacional — disse ele — estes indígenas têm o direito de gozar da proteção especial prevista no Estatuto. A lei, ao contrário do que afirma o Cimi, não considera o índio como menor. A proteção especial é diferente do regime tutelar previsto no Código Civil, esclareceu.

MISSIONÁRIOS

Ao fazer um balanço do trabalho da Igreja no Brasil com comunidades indígenas, o presidente do Anthropos reconheceu que há muita divergência em torno dos métodos de catequese aplicados. “Não acredito que seja possível um entendimento mais amplo — afirmou —, pois as confissões cristãs são geralmente radicais nas suas proposições e posturas, especialmente os protestantes.”

“Entre os católicos — prosseguiu — aparecem divergências entre os grupos chamados, impropriamente, de progressistas e tradicionalistas. Mais de 20.000 índios no Brasil são assistidos por missões religiosas salesianas, no Alto Rio Negro e no Mato Grosso, que seguem uma linha de catequese mais tradicional. Mas nota-se que os salesianos se estão esforçando em adaptar-se à nova orientação da Igreja, adotada a partir do Concílio Vaticano II. Por outro lado, o Cimi, agora oficialmente ligado à CNBB, parece estar abandonando a linha de denúncia pura e simples, da qual eu discordava.”

Para o missionário, a Igreja “desenvolveu um importante papel nos últimos 15 anos em favor do índio e hoje a população está conscientizada sobre a questão. No início de 1970, a política indigenista passou por uma época difícil, com a abertura de estradas na Amazônia que agrediram comunidades até então sem contato com a sociedade nacional. Agora — garantiu — a questão do índio está praticamente entregue aos militares, mas não encaro isto como um problema. O marechal Rondon e outros militares sempre se mostraram sensíveis à questão. Já em 1968, eu previa que o índio passaria a ser assistido pelos órgãos de segurança”.